

ECORE BRASIL S.A.
CNPJ 43.421.955/0001-25 - NIRE 43300067289

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2025, ficando desde já a disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. O relatório, juntamente com parecer do auditor independente encontra-se a disposição dos acionistas na sede da empresa.

Relatório da Administração

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais											
ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	122	268	38.749	22.436	Fornecedores.....	15	-	-	31.504	20.429
Instrumentos financeiros derivativos..	7	-	-	9	195	Instrumentos financeiros derivativos..	7	-	-	118	2.915
Contas a receber.....	8	-	-	55.509	73.113	Obrigações sociais e trabalhistas.....	17	-	-	29.077	36.853
Estoques.....	9	-	-	1.944	403	Impostos a recolher.....	16	40	87	10.084	12.431
Tributos a recuperar.....	10	109	158	4.703	2.166	Adiantamento de clientes.....	20	22	14	33.468	49.697
Outros ativos.....	12	-	-	32.232	7.499	Receta diferida.....	21	-	-	2.706	9.903
(=) Total do ativo circulante.....		231	426	133.146	105.812	Partes relacionadas.....	22	-	-	20.100	1.123
Depósitos judiciais.....	11	-	-	5.586	5.586	Outros passivos.....	19	636	-	755	229
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....		-	-	12.661	14.550	(=) Total do passivo circulante.....		698	101	147.075	118.580
Outros ativos.....	12	-	-	10.734	398	Adiantamento de clientes.....	20	-	-	12.257	-
Investimentos.....	13	13.028	20.333	-	-	Outros passivos.....	19	8.630	7.527	15.898	-
Imobilizado.....	14	-	-	4.733	7.600	(=) Total do passivo não circulante.....		8.630	19.784	15.898	-
Intangível.....	14	-	-	12.560	12.560	Capital Social.....	24	3.500	3.500	3.500	3.500
		13.028	20.333	17.293	20.160	Reservas de Lucro.....	23	993	757	993	757
(=) Total do ativo não circulante.....		13.028	20.333	46.274	40.694	Reserva de Capital.....	24	3.396	3.063	3.396	3.063
Total do Ativo.....		13.259	20.759	179.420	146.506	Ajuste de avaliação patrimonial.....	24	4.689	4.725	4.689	4.725
		13.259	20.759	179.420	146.506	(-) Ações em Tesouraria.....	24	(17)	(17)	(17)	(17)
		13.259	20.759	179.420	146.506	(=) Total Patrimônio Líquido.....		12.561	12.028	12.561	12.028
		13.259	20.759	179.420	146.506	Total do Passivo e Patrimônio Líquido ..		13.259	20.759	179.420	146.506

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva de capital		Ajuste de Avaliação patrimonial	Ações em Tesouraria	Reserva de lucros			Patrimônio Líquido
		Agio na venda de ações próprias	Plano de Opções			Reserva Legal	Reservas de lucros	Lucro Acumulado	
Saldo em 31 de dezembro de 2022.....	3.500	-	1.551	2.800	(18)	700	3.204	-	11.737
Resultado do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	55.848	55.848
Juros Sobre Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	-	(349)	(349)
Distribuição de Lucros.....	-	-	-	-	-	-	(3.147)	(55.499)	(58.646)
Plano de opções.....	-	-	594	-	-	-	-	-	1.511
Venda de ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Hedge.....	-	-	-	(1.619)	-	-	-	-	(1.619)
Ajuste Conversão Controlada no Exterior.....	-	-	-	3.544	-	-	-	-	3.544
Saldo em 31 de dezembro de 2023.....	3.500	-	2.145	4.725	(17)	700	57	-	12.028
Resultado do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	63.672	63.672
Juros Sobre Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	-	(378)	(378)
Distribuição de Lucros.....	-	-	-	-	-	-	(57)	(63.001)	(63.058)
Reserva de lucros.....	-	-	-	-	-	-	293	(293)	-
Plano de opções.....	-	-	271	-	-	-	-	-	333
Venda de ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Hedge.....	-	-	-	1.619	-	-	-	-	1.619
Ajuste Conversão Controlada no Exterior.....	-	-	-	(1.655)	-	-	-	-	(1.655)
Saldo em 31 de dezembro de 2024.....	3.500	-	2.416	4.689	(17)	700	293	-	12.561

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações Gerais: A Ecore Brasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, com Estatuto e assembleia de constituição datados de 12 de agosto de 2021 e efetivo registro e constituição em 6 de setembro de 2021. A Companhia tem por objeto social a participação como sócia, acionista ou quotista, em outras sociedades (holding não-financeira). A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 17 de abril de 2026. 1.1. Continuidade Operacional: A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2025, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 13.929, substancialmente decorrente de provisões descritas na Nota 18, que representam aproximadamente 23% do passivo circulante. Tais provisões possuem como contrapartida créditos junto a determinado cliente, a serem compensados na próxima renovação contratual. Adicionalmente, a Companhia possuía, naquela data, saldo de mútuo com partes relacionadas, o qual foi integralmente liquidado no início de janeiro de 2026. A Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional da Companhia e concluiu não haver incertezas relevantes quanto à sua capacidade de manter suas operações pelos próximos 12 meses. Essa avaliação baseia-se, principalmente, nos seguintes fatores: - Fluxo de caixa projetado positivo para os próximos períodos; - Disponibilidade de linhas de crédito rotativo e relacionamento sólido com instituições financeiras; - Apoio dos acionistas/controladores, quando necessário. Dessa forma, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. 2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como critério de mensuração, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, incluindo instrumentos derivativos, que são mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na NE 3.

(a) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **(b) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 2.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025: **Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio a vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia trabalha com moedas de informação amplamente divulgadas e, portanto, não há impacto em suas operações ou demonstrações financeiras. **CPC/51 / IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras:** em abril de 2024, o IASB emitiu a nova norma em substituição à IAS 1. O normativo introduz novos conceitos e promove alterações estruturais na Demonstração do Resultado, requer novas divulgações para métricas gerenciais de performance e amplia os critérios para agregação ou desagregação de informação, a serem aplicados na elaboração dos demonstrativos financeiros primários e nas Notas Explicativas em geral. Ao substituir a IAS 1, muitos dos princípios existentes foram mantidos, com alterações limitadas. A IFRS 18 não afetará o reconhecimento ou a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, mas pode alterar o modo como a informação operacional é apresentada. 2.4. Conversão de moeda estrangeira: **(a) Moeda funcional - moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional da Companhia é o Real e, para fins de apresentação, as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais. **(b) Operações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, pelas taxas de câmbio do final do exercício e são reconhecidas na demonstração do resultado, na rubrica de receitas e despesas financeiras. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. 2.5. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até doze meses (com risco insignificante de mudança de valor). 2.6. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos ("derivativos") são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são mensurados ao seu valor justo a cada data de balanço. O método para reconhecer o ganho ou a perda na demonstração financeira depende do fato de o derivativo ser ou não designado como um instrumento de hedge. Nesse caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido. A Companhia utiliza contratos de venda e compra a termo de moedas - NDF (Non Deliverable Forward) e contratos de opções para limitar sua exposição ao risco cambial nas operações de venda e compra em moeda estrangeira. Esses derivativos são designados como hedge - ou seja, protegem contra o risco cambial associado a operações de venda, bem como operações de compra realizadas e previstas como altamente prováveis. No início da operação, a Companhia designa e documenta as relações de hedge, de forma que os objetivos da gestão de riscos, os itens protegidos por hedge e os instrumentos de hedge sejam claramente identificáveis e que o risco inerente ao item em questão seja, de fato, o risco protegido pelo instrumento de hedge. A contabilização do hedge aplica-se apenas quando a Companhia espera que o instrumento financeiro derivativo seja altamente eficaz na compensação do risco cambial associado ao item protegido. O valor justo de um derivativo de hedge é classificado, na data do balanço, como ativo ou passivo não circulante quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge é superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge é de 12 meses ou menos. As transações de hedge de transações previstas (*hedge forecast*) em moeda estrangeira ocorrerão em diversas datas durante os próximos 12 meses. Ganhos e perdas desta categoria de hedge contratada até 31 de dezembro de 2025 são reconhecidos como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas são transferidos para a demonstração do resultado no período em que a transação prevista protegida por hedge se realizar. Os valores registrados no patrimônio líquido como "Ajuste de avaliação patrimonial" são reclassificados para a demonstração do resultado no período em que ocorre a transação de venda ou compra, e são registrados na conta "Operações de Derivativos" ativa ou passiva, na rubrica de receitas e despesas financeiras. 2.7. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor da transação, menos a provisão para créditos de realização duvidosa. A provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma

evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. 2.8. Imobilizado: Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer provisão para perda por valor não recuperável de ativo. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. As estimativas de vidas úteis estão demonstradas conforme segue: • Móveis e utensílios - 10 anos; • Máquinas e equipamentos - 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados quando existe uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de Provisão o valor contábil são reconhecidos em "Outras receitas e despesas, líquidas" na demonstração do resultado. 2.9. Ativos intangíveis: **(a) Software:** Licenças de software são demonstradas pelo custo histórico incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização, menos amortização. Todos os ativos intangíveis são considerados como tendo uma vida útil definida. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças como segue: • Softwares - 5 anos. **(b) Agio:** O agio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de um controlador na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. 2.10. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o agio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução no valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do agio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins deste teste, o agio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o agio se originou. Os ativos não financeiros, exceto o agio, passam por análise de uma possível reversão do *impairment* que caso confirmado são ajustados por *impairment* na data do balanço. **Impairment de agio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.** 2.11. Empréstimos: Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são registrados em despesas financeiras. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. 2.12. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo. 2.13. Provisões: As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (incluindo o custo de oportunidade de não reconhecer o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de licenças e venda de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir: **(a) Tipo de receita 1 - Prestação de serviços mercados interno e externo:** A Companhia e suas controladas prestam serviços de análise e desenvolvimento de sistemas, assessoria, consultoria e treinamento em informática, suporte técnico em informática, inclusive, instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados, planejamento e manutenção, reconhecidas a partir da prestação dos serviços aos clientes. **(b) Tipo de receita 2 - Venda de licenças mercado interno e externo:** Refere-se a venda de licenças de software (incluindo o direito de distribuição de programas de comercialização em massa, reconhecidas na entrega das licenças ao cliente, o qual fará uso delas. **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. 2.15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferida. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos do imposto de renda e da contribuição social corrente e diferidos são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro ou créditos fiscais não utilizados anteriormente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é deliberada por esta. 2.17. Ajuste de avaliação patrimonial: O saldo corresponde ao ganho/perda na conversão da equivalência patrimonial do investimento referente-se à participação nas empresas Ecore IT Solutions, LLC e Ecore Solutions em TI S. de R.L. de C.V. Parte do saldo também é impactada pelo *hedge forecast*. No qual a Companhia adota estratégias para proteger sua receita futura contra a oscilação do dólar. As variações no valor justo dos instrumentos de hedge são registradas temporariamente na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial e transferidas para o resultado à medida que a receita protegida é reconhecida. 2.18. Receita diferida: A receita diferida representa a obrigação da Companhia e suas controladas perante os clientes, referente a serviços que ainda não prestou. Tal obrigação é registrada no passivo e a apropriação no resultado é realizada à medida que os serviços são prestados ao cliente. 2.19. Plano de Outorga baseado em opções de ações: Em 30 de agosto de 2021, através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a Companhia aprovou a criação do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, que tem como objetivo a outorga de opções de compra de ações preferenciais nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto, de emissão da Companhia, a determinados beneficiários. Maiores detalhes na Nota 24.7. 2.20. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025. **(a) Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um imposto Seletivo (IS) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos da lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP nº 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. A regulamentação e a instituição do Comitê Gestor do IBS foram inicialmente previstas no Projeto de Lei Complementar nº 108/2024, que corresponde ao segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado pelo Congresso Nacional e atualmente aguardando sanção

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de vendas de licenças e serviços.....	25	-	-	556.690	555.170
Custo das vendas de licenças e serviços.....	26	-	-	(381.142)	(372.301)
(-) Lucro Bruto.....		-	-	175.548	182.869
Despesas gerais e administrativas.....	26	(390)	(2.552)	(75.561)	(82.188)
Equivalência patrimonial.....	13	64.077	58.457	-	-
Outras receitas e despesas líquidas.....	27	(63)	(71)	14.071	(10.627)
(-) Lucro Operacional.....		63.624	55.834	114.058	90.054
Receitas financeiras.....	28	49	15	31.747	14.518
Despesas financeiras.....	28	(1)	(1)	(49.915)	(17.327)
(-) Lucro antes do IR e da contribuição social.....		63.672	55.848	95.890	87.245
IRPJ/CSLL Correntes.....	29	-	-	(31.164)	(36.320)
IRPJ/CSLL Diferidos.....	29	-	-	(1.054)	4.923
(-) Lucro líquido do exercício.....		63.672	55.848	63.672	55.848
Quantidade de ações.....		4.200	4.200	4.200	4.200

Lucro por ação das operações atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro básico por ação (R\$).....	15,82	13,90	15,82	13,90
Lucro diluído por ação (R\$).....	15,80	13,81	15,80	13,81

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do Exercício.....	63.672	55.848	63.672	55.848
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquido.....	4.689	4.725	4.689	4.725
Variação cambial de investida no exterior.....	3.070	6.344	3.070	6.344
Hedge de fluxo de caixa em controlada, líquido de imposto.....	2.453	(2.453)	2.453	(2.453)
Imp. relac. c/resultado do hedge de fluxo de caixa.....	(834)	834	(834)	834
Total do Resultado Abrangente do Exercício.....	68.361	60.573	68.361	60.573

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
(-) Lucro líquido do exercício.....	63.672	55.848	63.672	55.848
Ajustes por:.....	(64.077)	(5		